

5

O povoamento  
alto-medieval  
nas duas margens  
do rio Mondego:  
análise comparativa

Ao longo deste capítulo, e numa tentativa de síntese dos dados recolhidos, efectuaremos uma análise comparativa das evidências arqueológicas abordadas ao longo deste trabalho, de modo a compreendermos quais são os pontos de contacto e as diferenças, se é que estas existem, na rede de povoamento alto medieval nestas duas áreas geograficamente separadas pelo vale do rio Mondego. Na parte final, efectuaremos ainda uma análise das hipóteses viárias que poderão ter sido utilizadas no período a que nos reportamos.

Partindo da análise das sepulturas rupestres constatámos que estas são mais numerosas na margem esquerda do rio Mondego do que na direita. Assim, entre os rios Dão e Mondego contabilizámos um total de 105 sepulcros, distribuídos por 46 estações arqueológicas, enquanto, entre o Alva e o Mondego, reconhecemos 150 repartidos por 38 sítios. Devemos ainda realçar que, apesar de o número de sítios ser relativamente inferior entre o Alva e o Mondego, nesta área são mais frequentes as estações que concentram um maior número de sepulturas, enquanto entre o Dão e o Mondego as estações com apenas duas e três são os casos mais comuns. Deste modo, na margem direita, 34 reúnem-se em necrópoles; 30 em conjuntos de três e 24 em conjuntos de duas. Comparativamente a estes números verificamos que, na margem esquerda, 95 integram-se em necrópoles; 18 em conjuntos de duas; 16 em conjuntos de quatro e apenas 9 em conjuntos de três. Relativamente às sepulturas isoladas, estas em ambas as margens são maioritariamente antropomórficas, pouco frequentes: na margem direita contabilizaram-se 17; na esquerda apenas 12 sepulcros<sup>89</sup>. O número de necrópoles é pois superior entre o Alva e o Mondego, contabilizando-se um total de dez<sup>90</sup>, as quais reúnem um número considerável de sepulcros, quando comparadas com as cinco identificadas entre o Dão e Mondego<sup>91</sup>. Constatámos ainda que, quer numa margem, quer na outra, parecem existir necrópoles familiares, onde se inumariam pessoas de um mesmo núcleo familiar ou de vários núcleos familiares com laços de parentesco entre si, bem como necrópoles que, pelo elevado número de sepulturas, ultrapassariam o âmbito familiar. Dentro deste último grupo, entre os rios Dão e Mondego, apenas detectámos a Tapada e o Passal (n.º 026 e 027), e, eventualmente, a Igreja Matriz de S. João de Areias (n.º 050), enquanto entre os rios Alva e Mondego, este n.º é superior, estando representado no Passal 1 (n.º 065), em S. Bartolomeu (n.º 069), no Ameal (n.º 070), em S. Pedro de Lourosa (n.º 085) e na Igreja Matriz de Covas (n.º 098). Assim sendo, as sepulturas rupestres detectadas entre os rios Dão e Mondego, indiciam-nos a existência de um povoamento alto medieval disperso, composto sobretudo por pequenos núcleos de casais rurais que escavavam as sepulturas nas imediações do seu habitat, e ainda que esta realidade também esteja representada entre os rios Alva e Mondego, uma outra perspectiva é-nos proporcionada pela elevada concentração de sepulcros em necrópoles, a qual poderá corresponder a lugares de povoamento com alguma consistência habitacional, onde, por exemplo, se reunissem várias famílias.

No que concerne à tipologia geral das sepulturas constatámos que em ambas as margens predominam as antropomórficas, sendo de referir que, embora se verifique alguma diversidade tipológica, as mais comuns são, nas duas áreas, as ovaladas e as sub-trapezoidais. Observámos igualmente que algumas especificidades tipológicas das sepulturas, como seja a existência de uma moldura no interior do leito ou um mais acentuado delineamento dos braços, ainda que não sejam frequentes nos casos estudados, observam-se, quer de um lado, quer do outro do rio Mondego. Relativamente à tipologia geral da cabeceira, constata-se que a de arco de volta perfeita é a mais comum nas duas margens, seguida do arco ultrapassado e rectangular entre os rios Dão e Mondego, e da rectangular e sub-rectangular entre os rios Alva e Mondego. Ainda que não sejam características frequentes, também em ambas as áreas estão presentes as cabeceiras alteadas, “tipo almofada” e com cantos. O não antropomorfismo está escassamente representado, apenas 11 sepulcros na margem direita e 22 na esquerda, predo-

minando a tipologia ovalada, sendo maioritária a integração deste tipo de sepulturas junto às antropomórficas<sup>92</sup>. A maior concentração de sepulturas não antropomórficas apenas se verifica na necrópole de S. Bartolomeu, a qual conforme anteriormente referimos, parece representar uma primeira fase deste tipo de inumações na área em estudo. A prevalência do antropomorfismo é uma característica também evidente quer na região de Viseu (Marques, 1995, p. 227), quer de Seia (Ribeiro e Silva, 1997, p. 127-135) e de Gouveia (Tente e Lourenço, 1998, p. 204). Mas qual o significado deste predomínio? À luz das cronologias propostas para esta tipologia de inumação, poderá então este facto indiciar-nos que apenas a partir do século IX é que temos populações na área em estudo? Tal não nos parece que tenha acontecido, ainda que possa ter existido uma quebra na população após a queda do império romano e que tenha havido um fraccionamento dos núcleos populacionais, este território terá continuado a ser habitado. O facto de encontrarmos núcleos de povoamento alto medieval em estações onde também documentamos uma ocupação romana, ou da antiguidade tardia, como é, por exemplo, o caso da necrópole da Regueira (n.º 047) ou de S. Bartolomeu (n.º 069), leva-nos a supor a existência de povoamento anterior a esse século, conquanto presentemente não tenhamos dados que nos demonstrem se estas são contínuas ou com hiatos cronológicos.

Do ponto de vista da construção das sepulturas, constata-se que no conjunto analisado o pleno antropomorfismo raramente é atingido, sendo notória uma maior dificuldade ao nível do talhe da cabeceira e ombros. Observou-se igualmente que nas duas áreas predominam as inumações de adultos, tendo-se somente identificado 15 sepulcros infantis, maioritariamente antropomórficos, com alguma diversidade tipológica, denotando-se uma preocupação no seu delineamento, e encontrando-se associados a uma ou mais sepulturas, indiciando este facto que terão sido integradas em conjuntos familiares. Constatámos ainda que não existe uma diferenciação sexual a nível tipológico, não se tendo identificado uma correspondência entre o binómio comprimento/tipologia e o sexo do inumado.

Relativamente à orientação das sepulturas, quer na margem direita, quer na esquerda, são variadas, não se verificando uma equivalência directa entre uma dada tipologia e contexto sepulcral com uma orientação em concreto, sendo igualmente escassas aquelas que seguem a norma canónica.

Quanto à implantação geográfica das estações arqueológicas com sepulturas rupestres, verificámos que estas se localizam predominantemente em planaltos e encostas, bem como nas imediações de caminhos vicinais, cuja cronologia é difícil precisar. No respeitante à implantação individual dos sepulcros, não houve preocupação com o seu destaque na paisagem, com excepção, na margem direita, dos túmulos 1 e 2 da Laje do Roxo (n.º 001), da sepultura 2 da Aveleira (n.º 030) e da própria necrópole da Regueira (n.º 047), e, na margem esquerda, das sepulturas 1 e 5 da Quinta do Ribeiro dos Mouros e do Penedo do Gorgulão (n.º 076).

Embora não frequente, em ambas as margens observámos que alguns sepulcros, maioritariamente antropomórficos, encontram-se associados a pequenas pias<sup>93</sup>, bem como a lagaretas<sup>94</sup>. Nesta última associação, detectámos em ambas as margens três tipos de situação: ou túmulos nas proximidades de lagares; ou os primeiros apresentam pequenos indícios de terem sido simplesmente reaproveitados como lagaretas, nomeadamente através de canais de escorrência; ou as duas últimas situações coexistem num mesmo espaço. Estão igualmente presentes algumas estruturas rupestres junto a túmulos, como são os exemplos, na margem direita, do Adoeiro (n.º 004), e na margem esquerda, do Penedo do Gorgulão (n.º 075) e de S. Bartolomeu (n.º 069). E ainda que, para além desta relação espacial, não tenhamos dados que nos confirmem ou infirmem a sua coexistência cronológica e cultural, bem como a respectiva funcionalidade, a sua presença desperta-nos para a possibilidade de serem mais frequentes do que supomos e de se encontrarem ocultas pela vegetação.

Constatamos assim, que embora o número de sepulturas rupestres contabilizadas sejam superiores na margem esquerda do rio Mondego, e que nesta última se verifica uma elevada concentração deste tipo de inumação em necrópoles, é um facto que, de um modo geral, do ponto de vista tipológico, de orientação e de implantação existem mais semelhanças que diferenças entre as duas áreas analisadas.

Dos dados recolhidos relativamente à temática da tumulação, salienta-se, pelas suas características tipológicas, a sepultura-nicho da Campa da Moira (n.º 025), a qual se encontra associada a um pequeno nicho em arco ultrapassado, constituindo uma novidade arqueológica. Para além do ineditismo desta estação no território português, constatamos que a solução de inumação poderá ter sido mais variada do que actualmente conhecemos. Aliás, devemos ainda realçar que, segundo informação oral, neste local teriam existido sepulturas escavadas na rocha, o que nos traria a coexistência de diferentes estruturas de inumação.

Quanto à associação entre o espaço funerário e o religioso, a análise dos dados recolhidos demonstra-nos que esta é escassa em ambas as margens. Assim, entre os rios Dão e Mondego, apenas inventariámos quatro estações, designadamente a Tapada e o Passal (n.º 026 e 027), o Vimieiro (n.º 049) e a Igreja Matriz de S. João de Areias (n.º 050). Tendo-se ainda colocado a hipótese, com base nos dados arqueológicos e documentais, que na Igreja Matriz de Senhorim (n.º 009), no Passal 1 (n.º 018), na Igreja Matriz de Oliveira do Conde (n.º 033) e no Passal 2 (n.º 042) esta associação se tenha igualmente verificado. Entre os rios Alva e Mondego esta coexistência também apenas se constatou no Passal 1 (n.º 065), nas Igrejas Matrizes de Covas (n.º 098) e de Travanca de Lagos (n.º 073), bem como em S. Pedro de Lourosa (n.º 085), igreja paroquial onde, para além da necrópole, está documentado o baptistério rupestre, e em S. Bartolomeu (n.º 069), na qual julgamos que a estrutura rupestre aí observada poderá, eventualmente, corresponder a um templo religioso em torno do qual se polarizou a necrópole. Nestas duas últimas estações, identificámos as duas maiores necrópoles de toda a área estudada, sendo que se na primeira as sepulturas documentadas são todas antropomórficas, na segunda são maioritariamente não antropomórficas. No entanto, em qualquer destas não dispomos de informação sobre a relação entre a igreja e a necrópole, nomeadamente se são contemporâneas ou se uma antecede a outra. Tal como entre os rios Dão e Mondego, também na margem esquerda deste rio dispomos de indícios arqueológicos de que às Igrejas Matrizes da Bobadela (n.º 077) e Midões (n.º 091), terá estado associado um espaço necrológico. Ressalve-se ainda, conforme supra verificámos, que em toda a área analisada a referência documental, durante a Alta Idade Média, a espaços religiosos é escassa. Os dois documentos mais antigos datam do final do século X e os outros sete do primeiro quartel do XII, e destes apenas temos indícios arqueológicos da associação necrópole/templo na Igreja Matriz de Senhorim, e eventualmente no Passal 2 (n.º 042), ambos na margem direita, bem como na Igreja Matriz de Midões e na Quinta do Esporão 2 (n.º 093), localizados na margem esquerda. Contudo, os materiais cerâmicos recolhidos no planalto onde se encontra implantada a Igreja Matriz de Midões remetem-nos para um momento já do final da Alta Idade Média e não do século X, data do documento. Comparando estas referências documentais a templos com o inventário das igrejas paroquiais referenciadas para o século XIV (Almeida, 1971, p. 120), constatamos que o número de igrejas aumentou consideravelmente, num momento em que a rede paroquial estaria já organizada. Assim, e de acordo com o referido nos capítulos dedicados a esta análise, julgamos, pelos dados arqueológicos recolhidos que, com excepção de S. Pedro de Lourosa e de S. Bartolomeu, a tumulação em espaços religiosos ter-se-á verificado sobretudo a partir de finais da Alta Idade Média, num momento em que os lugares de povoamento começam a proliferar, conforme nos indicam as referências documentais do século XII.

Relativamente à relação entre as sepulturas e os sítios de habitat constatámos para ambas as margens que um elevado número de tumulações se encontram relacionadas com sítios de povoamento<sup>95</sup>, aliás, característica também assinalada para os túmulos do distrito de Viseu (Marques, 1995, p. 225). Quer na margem direita, quer na esquerda do rio Mondego, estes sítios de povoamento têm em comum o facto de se localizarem nas imediações das sepulturas rupestres, bem como de se implantarem em planaltos e encostas suaves, sem preocupações defensivas, próximos de cursos de água que irrigam pequenos vales, possibilitando a prática agrícola, sendo registada a reocupação de sítios de povoamento de cronologia romana<sup>96</sup>. Este tipo de implantação geográfica sugere-nos que se tratariam de comunidades rurais, cuja actividade económica assentaria na prática agrícola<sup>97</sup> e na criação de gado. Aliás, se analisarmos a distribuição das estações arqueológicas inventariadas, rapidamente concluímos que todas se localizam nas zonas graníticas, onde os solos são mais férteis para a agricultura<sup>98</sup>, com excepção S. Pedro de Lourosa (n.º 085) e da sepultura rupestre do Tapadinho (n.º 112), localizados nas formações xistosas. Este facto leva-nos a questionar o porquê da implantação de S. Pedro de Lourosa numa área que sabemos de fraca aptidão agrícola. A proximidade da calçada *colimbriana* poderá ter sido um factor para a implantação da comunidade aí residente. No entanto, qual seria o seu sustento económico? Poderá este ter passado pela exploração aluvionar do rio Alva<sup>99</sup>, o qual, eventualmente, terá ajudado a financiar a edificação do templo? Na área em estudo, identificámos apenas três concheiras<sup>100</sup>, designadamente a do Castelo dos Mouros (n.º 111), a do Fontão (n.º 113) e a de Areias de Fontão (n.º 114), porém, também nestas não recolhemos indicadores cronológicos da sua exploração<sup>101</sup>.

Para ambas as margens, constatámos que os sítios de habitat apresentam predominantemente uma área de dispersão inferior a 300 e a 500 m<sup>2</sup>, e que estes terão correspondido a pequenos casais rurais. Contudo, é um facto que entre os rios Alva e Mondego se localizam as estações cujos vestígios materiais apresentam maiores áreas de dispersão, associadas a necrópoles que reúnem um elevado número de sepulcros, sugerindo terem sido espaços com um povoamento mais consistente, ou seja, lugares, onde provavelmente coexistiriam vários núcleos familiares. Assim, se entre os rios Dão e Mondego apenas identificámos duas estações arqueológicas com estas características, designadamente a Tapada/Passal (n.º 026 e 027) e a Igreja Matriz de S. João de Areias (n.º 050), as quais estão associadas a templos e que serão ocupações que provavelmente datarão já do final da Alta Idade Média, esta associação entre os rios Alva e Mondego é mais frequente, como o testemunham as estações de S. Bartolomeu (n.º 069), do Ameal (n.º 070), do Gorgulão (n.º 075), bem como das estações da Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072), da Quinta dos Casais (n.º 078), e de S. Pedro de Lourosa (n.º 085), as quais reuniram um elevado número de sepulturas e que certamente estariam relacionadas com um aglomerado populacional consistente. É igualmente na margem esquerda que detectamos hagiopónimos, como Santa Marinha, São Paio, São Gião e São Bartolomeu, com culto alto medieval. Apesar destas diferenças, não podemos deixar de referir que os dados recolhidos para ambas as margens nos indiciam que, se numa primeira fase, o povoamento terá sobretudo correspondido a pequenos casais agrícolas, com as excepções atrás mencionadas, é sobretudo no final da Alta Idade Média que começam a ser mais frequentes os lugares associados a espaços de necrópole e igrejas<sup>102</sup>.

As estações arqueológicas analisadas ao longo deste trabalho estariam certamente relacionadas com vias de comunicação que estruturariam esta rede de povoamento alto medieval. Assim, com base nas propostas de alguns investigadores para o período romano<sup>103</sup>, nas estações romanas e alto medievais inventariadas, bem como na toponímia recolhida na análise cartográfica tentaremos esboçar alguns dos eixos viários que atravessariam este território. Saliente-se que a temática viária não foi o objectivo desta dissertação, pelo que proporemos

hipóteses de traçados, cientes de que a rede de caminho vicinais na Alta Idade Média terá sido certamente mais complexa e extravasaria os principais traçados por nós seguidamente enumerados, permitindo a circulação e o contacto daqueles que aqui habitariam nesse período.

Em época romana o território analisado seria atravessado por várias vias secundárias, Bobadela teria ligações com as cidades vizinhas de Viseu e *Aeminium*, bem como com as vias de *Olisipo* a *Bracara Augusta* e de *Augusta Emerita* a *Egitania* e daí a Viseu. A ocidente da cidade romana da Bobadela haveria uma ligação à via de *Olisipo* a *Bracara* e um outro acesso a Viseu, enquanto a oriente sairia uma nova via que entroncaria na estrada que ligava *Emerita* a Viseu. Jorge de Alarcão levanta ainda a hipótese da existência de uma outra estrada, que passaria pelo vale do rio Alva, estabelecendo a ligação mais curta entre *Aeminium* e Bobadela (Alarcão, 1988, p. 104 e 105). A Bobadela, capital da *civitas*, localizar-se ia no meio das duas outras cidades romanas vizinhas e das duas importantes vias acima referidas, estabelecendo uma rede de comunicações que certamente não terá sido relegada nos séculos seguintes<sup>104</sup>.

Entre os rios Dão e Mondego, e conforme referimos aquando da análise da fortificação da Torre do Castelo, levanta-se a possibilidade de ter existido uma via de circulação em época romana que, proveniente de Bobadela, atravessaria o rio Mondego nas Caldas da Felgueira e prosseguiria por Senhorim, para nordeste, até entroncar com o itinerário principal que vinha de Mérida (Vaz, 1997, p. 384-385). Em Senhorim, do ponto de vista arqueológico temos as estações romanas de Casal Sandinho e da Igreja<sup>105</sup> (Vaz, 1997, p. 66; Eusébio e Marques, 2005, p. 50-51), bem como uma concentração de vestígios alto medievais, designadamente o Adoeiro (n.º 004), a Várzea (n.º 005), a Várzea 1 (n.º 006), a Adelinha (n.º 007) e a Quinta do Cagunça (n.º 008), os quais fazem-nos supor que se localizariam nas imediações de uma via, provavelmente a traçada por João Inês Vaz. A estas evidências arqueológicas junta-se, também em Senhorim, o topónimo *Portela*, o qual nos indica estarmos perante um lugar de passagem.

Ainda que não tenhamos testemunhos arqueológicos ou toponímicos, devemos levantar a hipótese de, entre Senhorim e o Folhadal, onde também identificámos três núcleos com sepulturas rupestres, a Rua do Pombal (n.º 022), as Fontainhas (n.º 023) e o Moledo (n.º 021), este último com ocupação romana, ter existido uma via de comunicação, provavelmente um caminho vicinal, que estabelecesse ligação entre estes núcleos.

Já nas Inquirições de 1258 é referida uma via que ligava Senhorim e Vilar Seco, *uia que uadit de Seniorim pro ad Vilar Sico* (PMH, I, p. 813), colocando-se a possibilidade de esta já existir no período alto medieval, ou mesmo remontar à época romana. A esta referência documental devemos acrescentar os dados arqueológicos, pois em torno de Vilar Seco identificámos três estações com sepulturas rupestres, a Laje do Roxo (n.º 001), o Prado (n.º 002) e a Quinta do Serrado (n.º 003). É interessante verificar que estas se implantam em torno de um caminho vicinal, o qual embora actualmente se encontre sobreposto em dois pontos por uma estrada municipal e outra nacional dá acesso a Senhorim. Os sítios arqueológicos do Prado e da Quinta do Serrado têm também ocupação romana, o que nos faz colocar a hipótese desta via poder remontar a esta cronologia. Eventualmente, esta última, poderá ter seguido para oeste em direcção a Santar, onde apesar de não termos identificado estações alto medievais se regista a presença de três sítios romanos, o Outeirinho, o Outeiro e a Quinta de Casal Bom (Vaz, 1997, p. 64-65; Eusébio e Marques, 2005, p. 50). É ainda em Santar que se localiza um pequeno troço de calçada, popularmente designada como romana, que passa o ribeiro de Covagaio e que eventualmente seguiria para Vilar Seco (Eusébio e Marques, 2005, p. 50).

Para além de Senhorim e de Vilar Seco, também na actual Canas de Senhorim identificámos vários núcleos de sepulturas rupestres, as Campas (n.º 015), as Pedras da Forca 1 (n.º 016), as Pedras da Forca 2 (n.º 017), o Casal (n.º 018), com ocupação romana, e a Rua da Estrada (n.º 020). Trata-se de uma área onde igualmente têm sido identificadas várias esta-

ções de cronologia romana, designadamente a Laje do Quatro, o Passal, a Quinta de Cima (Vaz, 1997, p. 60-61), bem como o Fojo 1, 2 e 3 (Pinto, 1999, p. 107-115), todas muito próximas e com grandes áreas de dispersão, que atestam a importância de Canas de Senhorim em época romana, o que levantou a possibilidade de aqui ter existido um *vicus* (Alarcão, 1989, p. 308). Ora certamente que em época romana um sítio de povoamento com esta importância terá estado ligado por, caminhos vicinais ou estradas, com outros núcleos romanos vizinhos, nomeadamente com Santar e Senhorim, sendo ainda plausível que por aqui também passasse a via que ligaria Viseu e a Bobadela, os quais terão certamente sido reaproveitados pelas populações alto medievais que aí habitaram.

A norte deste núcleo de povoamento romano e alto medieval está também documentado um troço de calçada<sup>106</sup> na margem esquerda do rio Dão, que será proveniente de Viseu e prossegue até à Pedra Cavaleira (Pedro, Vaz e Marques, 1994, p. 80). Refira-se que nas suas imediações se localiza a estação arqueológica de Prazias (n.º 014), com uma ocupação romana e alto medieval. Apesar de não termos certezas quanto à sua cronologia, colocamos a hipótese de este troço poder remontar ao período romano e integrar o eixo viário que ligaria Viseu a Bobadela, percurso aliás já proposto por Jorge de Alarcão (Alarcão, 1988, p. 104). Transposto o rio Dão, colocamos a hipótese de cruzar o *vicus* de Canas de Senhorim, passando por Beijós onde temos a estação arqueológica das Chãs (n.º 024), uma *villa* romana com reocupação alto medieval como o testemunham as duas sepulturas rupestres, e seguindo para sul. Eventualmente passaria nas imediações da actual Cabanas de Viriato, onde identificámos os núcleos de sepulturas, da Campa da Moira (n.º 025), da Tapada e do Passal (n.ºs 026 e 027), salientando-se que junto destas duas últimas estações surge o topónimo Portela, e da Quinta da Sernada (n.º 028), em direcção à actual Vila Meã, onde as evidências arqueológicas apontam para a sua passagem. Destaque-se pois, que junto de um caminho vicinal, à beira do qual está implantada a sepultura rupestre da Vinagreira (n.º 027), foi identificado um marco miliário anepígrafo integrado num muro (Pinto, 2001a, p. 49) e mais recentemente uma estação romana<sup>107</sup>, a que devemos acrescentar a aglomeração de estações com sepulturas rupestres na área de Vila Meã, designadamente a Vinagreira (n.º 037), as Alagoas (n.º 038), a Cova da Moura (n.º 039), a Quinta da Moura (n.º 040) e as Cumeadas (n.º 041), bem como o topónimo Passadouro, ou seja, um local de passagem. Curiosamente este localiza-se defronte de outra indicação toponímica Vale de França, situada na margem esquerda do rio Mondego, onde António Veiga localiza a ponte referida na inscrição<sup>108</sup> que se encontra reutilizada na parede de uma casa da aldeia de Póvoa de Midões do concelho de Tábua.

Ainda entre os rios Dão e Mondego passaria outro troço viário que, proveniente de Bobadela “...ganhava o Mondego por Tábua, continuando depois por S. João de Areias e Santa Comba Dão para passar a norte da Serra do Buçaco e atingir a via Olisipo-Bracara na zona da Mealhada.” (Mantas, 1987). Ora do ponto de vista arqueológico, um troço desta via está identificado na margem esquerda do rio Mondego, designado por Pedra da Sé (n.º 110). Esta calçada transporia o rio Mondego<sup>109</sup> e, muito provavelmente, passaria nas imediações de S. João de Areias, onde temos as estações da Igreja Matriz de S. João de Areias (n.º 050) e Alqueives (n.º 051) com vestígios romanos e alto medievais, prosseguindo para Óvoa, onde temos da *villa* romana da Abadia (n.º 056) e da necrópole rupestre do Patarinho (n.º 053, 054 e 055) nas imediações das quais terá existido um troço de calçada (Campos, 1984, p. 50), a qual provavelmente continuaria em direcção a Santa Comba Dão, transpondo o rio Dão no Bairro da Estação onde existiu um troço de calçada, inventariada como Vimieiro (n.º 048).

Analisemos agora, entre os rios Alva e Mondego, a possibilidade de traçado desta via que, proveniente da Bobadela, ligaria ao itinerário principal *Olisipo-Bracara*, à luz dos vestígios arqueológicos inventariados, já que os toponímicos não se detectaram na cartografia

analisada. A via sairia de Bobadela para noroeste, devendo passar ligeiramente a norte de Covas, onde identificámos a estação arqueológica dos Ervedais (n.º 100), uma *villa* romana com reocupação alto medieval, à qual se junta o sítio do Pombal (n.º 099) e os núcleos de sepulturas rupestres das Devesas (n.º 095), da Quinta da Pedra da Abelha (n.º 096) e da Igreja Matriz de Covas (n.º 098).

Após a passagem nas imediações de Covas, esta via provavelmente a sul do rio de Cavalos dividir-se-ia, seguindo um troço para norte, em direcção a Viseu, e outro para oeste, para entroncar na via *Olisipo-Bracara Augusta*. É pois aproximadamente a três quilómetros para noroeste de Covas, que está referenciada a ponte de Sumes (n.º 094) sobranceira ao rio de Cavalos e cujo um pequeno troço de calçada segue no sentido de Midões, passando presumivelmente nas imediações da *villa* romana da Cumieira (n.º 089) em direcção ao vale do Mondego cujo rio transporia pela ponte referenciada epigraficamente, e à qual acima nos referimos. Note-se que em Midões, para além da Cumieira, temos referenciadas um conjunto significativo de estações com sepulturas rupestres, nomeadamente o Gamelão dos Mouros (n.º 086), as Pinheiras (n.º 087), a Quinta das Moitas (n.º 088), a Quinta das Hortas (n.º 090) e a Quinta do Esporão 1 (n.º 092), cuja concentração nos faz supor que pudessem estar nas proximidades de uma via de circulação.

Relativamente ao trajecto deste eixo viário para oeste, não temos indícios arqueológicos ou toponímicos que nos permitam estabelecer-lo. Contudo, colocamos a hipótese do mesmo ter passado nas imediações das estações arqueológicas da Torre (n.º 109) e da *villa* romana do Fundo da Vila (Alarcão, 1988, p. 66-67) em direcção à Pedra da Sé (n.º 110), e eventualmente a norte de Oliveira de Fazemão, onde inventariamos uma concentração de estações com sepulcros escavados na rocha, a Quinta do Olival (n.º 103), a Quinta do Olival de Valacolos (n.º 104), a Quinta do Prado (n.º 105), as Conchadas (n.º 107), a Matosa (n.º 108) e Oliveira de Fazemão (n.º 106).

Analisando a toponímia e os vestígios arqueológicos verificamos que a sudoeste de Oliveira de Fazemão, designadamente nas imediações de Sinde, estão inventariadas algumas estações romanas, a Quinta das Várzeas, a Várzea de Sinde e o Olival da Fonte dos Mouros (Lourenço, 2003, p. 8-11), sendo que para sul e até à área onde identificámos as conheiras do Castelo dos Mouros (n.º 111), do Fontão (n.º 113) e das Areias de Fontão (n.º 114) localizámos topónimos como Pousadouro e Portela, que nos indiciam a presença de uma via, a qual eventualmente poderá ser uma ramificação da anteriormente descrita e que seguiria para a área das conheiras.

A tradição oral refere outras via que estabeleceria ligação entre o Ervedal da Beira e Travanca de Lagos, através de um caminho vicinal que para sudoeste da primeira localidade desceria em direcção ao rio Seia, onde este seria transposto pela ponte da Ribeira, de cronologia indeterminada, e subiria a encosta por caminho vicinal até à segunda povoação. Devemos pois salientar que é nas imediações deste caminho, já próximo de Travanca de Lagos, que se localiza a necrópole da Quinta do Moreira de Baixo (n.º 072). Ainda que não tenhamos dados que nos permitam estabelecer a que período remontará esta via, é interessante verificar que se tratam de dois núcleos onde inventariamos algumas estações alto medievais, como sejam a Quinta da Cortinha (n.º 063), o Olival dos Pobres (n.º 064), o Passal 1 (n.º 065), as Areias (n.º 071) e o Alto do Zambujeiro (n.º 074).

Um outro topónimo que nos poderá indiciar a presença de uma via, é o Vale da Corredoiira<sup>110</sup>, localizado entre Lagares da Beira, onde identificámos as estações da Quinta do Ribeiro dos Mouros (n.º 067) e do Espinhal (n.º 068) e o Seixo da Beira, nas imediações da qual referenciamos as sepulturas rupestres da Tapada (n.º 059), da Tapada 1 (n.º 060) e do Pinhal da Fonte do Rei (n.º 061). Levantando-se a hipótese de esta poder corresponder à via



que partindo de Bobadela, provavelmente passaria nas imediações de Travanca de Lagos<sup>111</sup>, e se dirigia para nordeste para o vale do Mondego, transpondo como este rio nas Caldas da Felgueira. Ressalve-se que junto a este local encontramos na margem esquerda do Mondego e aproximadamente a 3 km a norte do Seixo da Beira o topónimo sugestivo de Quinta dos Carris.

Conforme inicialmente referimos, para o período romano, Jorge de Alarcão coloca a hipótese da existência de uma outra estrada, que passaria pelo vale do rio Alva, estabelecendo a ligação mais curta entre *Aeminium* e Bobadela, o que significa que desta cidade sairia uma via para sul. Ora na análise toponímica encontramos o topónimo Mestras, a sul da Bobadela e junto a um caminho vicinal que se dirige para Nogueira do Cravo. Refira-se que, segundo a tradição oral, este acesso estabeleceria a ligação entre as duas povoações, e é nas imediações do mesmo que encontramos o núcleo de sepulturas de S. João (n.º 082). De acordo com um trabalho académico esta via era ainda perceptível no início da década de 70, prosseguindo em direcção a Galizes<sup>112</sup> e Santa Ovaia, onde é referido que, no âmbito da reparação do pavimento de uma rua desta aldeia, terá aparecido um troço de calçada, com continuidade no denominado popularmente “*caminho fundo*”, o qual desceria a encosta em direcção ao Alva onde entroncaria com a calçada *colimbriana*, junto à ponte das três entradas (Coelho, 1970, p. 67-69).

Relativamente a Lourosa, é ainda actualmente visível a sul da igreja uma calçada em seixo quartzítico, a qual se prolonga pelo interior da actual aldeia e prossegue até ao lugar de Pombal e daqui até Vila Pouca da Beira. Desceria então a encosta até às margens do Alva onde entroncaria na calçada proveniente de *Aeminium*.

Apesar desta análise viária assentar sobretudo nas hipóteses de eixos viários que em época romana atravessariam, quer a margem direita, quer a esquerda do rio Mondego, constatamos que nas suas imediações se localizam várias estações com ocupação alto-medieval. Claro que a estes eixos viários, os quais provavelmente continuaram a ser utilizados após a queda do Império Romano, dever-se-ão somar as dezenas de caminhos vicinais que permitiriam a circulação entre núcleos populacionais, e que até recentemente foram utilizados.

